

Congresso não tem quórum e deixa passar seis vetos

JORNAL DE BRASÍLIA

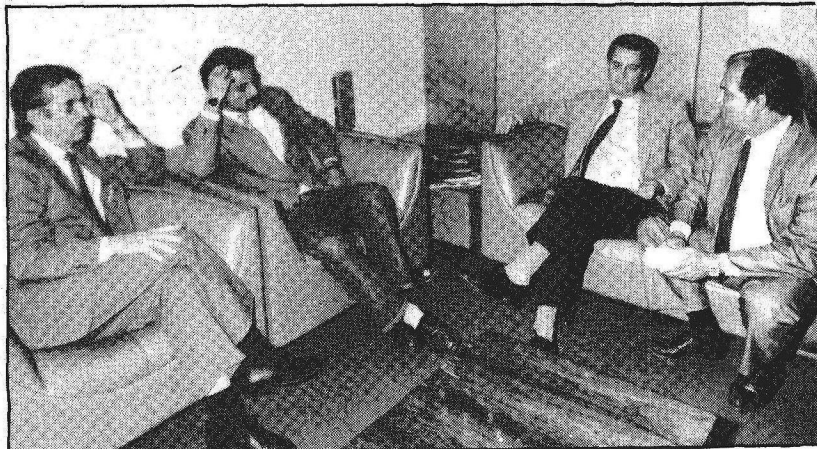
08 AGO 1990

Givaldo Barbosa

No primeiro dia do esforço concentrado acertado semana passada pelas lideranças partidárias, o Congresso não teve quórum, ontem, para deliberar sobre os seis vetos apostos pelo presidente da República em dispositivos de igual número de projetos de conversão de medidas provisórias. Na sessão, que durou pouco mais de meia hora, foi lido o parecer do senador Wilson Martins (PSDB-MT), pela admissibilidade do veto presidencial ao projeto da lei salarial, matéria que será votada ainda hoje pela comissão mista incumbida de apreciá-la e que tem como relator o deputado peemedebista Tidei de Lima.

Apenas 162 deputados estiveram presentes ao Congresso durante o dia de ontem — 86 a menos que o quórum de maioria — e não mais de 50 foram ao plenário durante a sessão noturna. O baixo comparecimento reforçou o pessimismo de alguns líderes quanto à possibilidade de obtenção de número suficiente para votação no atual período de esforço concentrado, que se encerra amanhã.

Na Câmara, ao iniciar-se a sessão, estavam na Casa apenas 68 deputados, número que dobrou no começo da ordem do dia, mas que foi insuficiente para a votação. Na pauta, antes mesmo da relação de projetos para votação em urgência, constava a mensagem do Presidente da República solicitando a retirada do projeto de lei — enviado pelo ex-presidente Sarney — que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Civis da União, das Autar-



Os líderes se reuniram para tentar uma forma de mobilização

quias e das Funções Públicas Federais — matéria que se encontra em fase de recebimento de emendas ou recursos.

O 1º item em urgência — o projeto que regula a cobrança de juros — recebeu substitutivo do deputado Fernando Gasparian, em nome da Comissão de Economia, mas o parecer da Comissão de Finanças teve sua apresentação adiada por 24 horas, por solicitação do relator, José Lourenço (PDS-BA).

Lei Agrícola

Embora tramitando em regime de prioridade, o projeto da Lei Agrícola não será votado no atual esforço concentrado — mesmo que haja quórum hoje e amanhã — porque o presidente em exercício da Câmara, Inocêncio de Oliveira, decidiu abrir prazo de cinco dias para que o relator, Paulo Macarini, apresente seu parecer.

Senado

No Senado, que registrou a presença de 47 dos seus 75 membros, em sessão extraordinária, foi aprovado regime de urgência para importantes matérias que serão votadas amanhã: o regime jurídico único dos servidores das fundações do Distrito Federal; o Código do Consumidor; projeto extinguindo o selo-pedágio e a lei de benefícios e custeios da Previdência Social.

Antes, em sessão extraordinária, o Senador votou matérias meramente homologatórias, como os projetos de decreto-legislativo endossando ato do Conselho Monetário Nacional, que autorizou a emissão de papel-moeda, no exercício de 1986, no valor de até 13 bilhões de cruzados e aprovando convênio sanitário firmado entre os governos do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.